



BARATARIA. Revista Castellano-Manchega de Ciencias sociales

ISSN: 1575-0825

eduardo.diaz@urjc.es

Asociación Castellano Manchega de Sociología  
España

Fernandes Alves, Tiago

POLÍTICA E ESTÉTICA DO RUÍDO: VIOLÊNCIA SONORA E SILENCIAMENTO NOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS NO BRASIL

BARATARIA. Revista Castellano-Manchega de Ciencias sociales, núm. 21, 2016, pp. 151  
-162

Asociación Castellano Manchega de Sociología  
Toledo, España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=322148448009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## POLÍTICA E ESTÉTICA DO RUÍDO: VIOLÊNCIA SONORA E SILENCIAMENTO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS NO BRASIL

## POLÍTICA Y ESTÉTICA DEL RUIDO: VIOLENCIA SONORA Y SILENCIAMIENTO EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS URBANOS EN BRASIL

## POLICY AND AESTHETICS OF NOISE: SOUND VIOLENCE AND SILENCING IN URBAN PUBLIC SPACES IN BRAZIL

---

Tiago Fernandes Alves

Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa (Paraíba) Brasil/Brazil

[fernaldi@uol.com.br](mailto:fernaldi@uol.com.br)

Recibido/Received: 1/09/2016

Modificado/Modified: 19/09/2016

Aceptado/Accepted: 2/10/2016

### RESUMO

Esta investigação é uma reflexão sobre a relação entre violência sonora e o uso dos espaços públicos nos centros urbanos brasileiros, entendendo a relação entre sons e silêncio como proveniente de disputas sociais e políticas de controle sobre os espaços sonoros. O isolamento acústico e o aumento das taxas de decibels sugerem um processo de privatização do espaço público no intuito de evitar as interferências ruidosas das ruas. Identifica-se a perda de lugares de livre discurso e de debate político, violentado pelo ruído e pelo silenciamento isolante. Metodologicamente se utilizou etnografia sonora juntamente com análise das legislações que gestionam o espaço sonoro urbano por meio de caminhadas por ruas e praças com trajetos previamente delimitados. As conclusões demonstram espaços sonoros como territórios de disputa política e social, lugares silenciados tanto pela violência urbana quanto pela violência sonora.

### PALAVRAS CHAVE

Violência sonora, espaço urbano, ruído, isolamento acústico, espaço político.

### ÍNDICE

1. Palavras iniciais. 2. Violência e violência sonora. 3. Espaço público e a estética do ruído na política. 4. Política e Comunicação: entre o espaço político e o silêncio das massas. 5. Palavras finais. Referências.

### RESUMEN

Esta investigación es una reflexión acerca de la relación entre violencia sonora y el uso de los espacios públicos en los centros urbanos brasileños, entendiendo la relación entre sonidos y silencio como oriunda de disputas sociales y políticas de control sobre los espacios sonoros. El aislamiento acústico y el incremento de las tasas de decibelios sugieren un proceso de privatización del espacio público en el intento de evitar las interferencias ruidosas de la calle. Se identifica la pérdida de lugares del libre discurso y del debate político, violentado por el ruido y por su silenciamiento aislante. Metodológicamente se utilizó etnografía sonora juntamente con análisis de las ordenanzas que gestionan el espacio sonoro urbano por medio de caminadas en calles y plazas con rutas previamente

establecidas. Las conclusiones demuestran espacios sonoros como territorios de disputa política y social, lugares silenciados tanto por la violencia urbana como por la violencia sonora.

## **PALABRAS CLAVE**

Violencia sonora, espacio urbano, ruido, aislamiento acústico, espacio político.

## **SUMARIO**

1. Introducción. 2. Violencia y violencia sonora. 3. Espacio público y la estética del ruido en la política. 4. Política y comunicación: entre el espacio político y el silencio de las masas. 5. Conclusiones. Bibliografía.

## **ABSTRACT**

This research is a reflection on the relationship between sound violence and the use of public spaces in Brazilian urban centers, understanding the relationship between sounds and silence as from social and political disputes to control the sound spaces. The sound insulation and increased decibels rates suggest a privatization process of public spaces in order to avoid the loud noise of the streets. It identifies the loss of places of free speech and political debate, ravished by the noise and insulating silencing. Methodologically sound ethnography was used along with analysis of the laws that manage the urban sound space by walking through the streets and squares with previously defined paths. The findings demonstrate sound spaces as areas of political and social struggle, places silenced both by violence and by sound violence.

## **KEYWORDS**

Sound violence, urban space, noise, soundproofing, political space.

## **CONTENTS**

1. Introduction. 2. Violence and sound violence. 3. Public space and the aesthetics of noise in politics. 4. Politics and Communication: between the political space and the silence of the masses. 5. Conclusions. References.

## **1. PALAVRAS INICIAIS**

O esvaziamento dos espaços públicos no Brasil reflete os altos índices de violência urbana e a baixa qualidade dos serviços públicos na garantia de acessibilidade e mobilidade urbanas. As bases da industrialização brasileira foram sedimentadas por acordos econômicos voltados a projetos urbanísticos numa sobreposição dos interesses do setor automobilístico sobre o dos pedestres. Caminhar pelas ruas e calçadas de nossas cidades, ou mesmo pedalar junto aos carros devido às quase inexistentes ciclovias, é uma experiência de perigo, medo e estresse. Buzinas, acelerações bruscas, ultrapassagens indevidas, carros portando equipamentos de som em alto volume, escapamentos modificados, caixas de som em frente às lojas e comércios, shows e apresentações em bares e restaurantes com o volume ao máximo, e, ultimamente, senhores com amplificadores de voz pregando cultos religiosos no meio de praças e calçadas são os reflexos de um descontrole institucional e de um abuso sonoro por parte de uma sociedade adepta ao ruído, onde a emissão de decibels se tornou um tipo de capital social sonoro.

Nestes termos, o objetivo deste artigo é analisar o processo de esvaziamento e silenciamento dos espaços públicos urbanos brasileiros como lugares do fazer político, entendendo a violência sonora como sintoma expressado tanto na emissão de decibels como relação de poder, quanto no silenciamento que a profusão acústica pode impor. Percebendo o

espaço público como lugar ruidoso, levando sujeitos a se isolarem acusticamente, silenciando os espaços públicos como lugares de debate político de franca acessibilidade, procura entender a relação entre o ruído de nossas cidades e, consequentemente, o silenciamento do espaço político, derivando a estetização da performance política na forma de ruído discursivo refletido no/pelo isolamento acústico e bolhas sonoras individuais (Sá, 2011; Pereira, 2007; Pereira, 2003), assim como a diminuição da compreensão dos códigos transmitidos e a hegemonização discursiva.

Metodologicamente utilizei etnografia sonora por meio de caminhadas por ruas e praças em centros urbanos de Campina Grande e João Pessoa na Paraíba, e de gravações com um gravador digital, ademais de anotações em um caderno de campo. Lancei mão de um decibelímetro no intuito de medir os níveis de decibels com fins comparativos.

As observações e medições durante as caminhadas levaram as seguintes conclusões: a violência sonora, tanto como emissão de decibels como silenciamento, é um fenômeno presente nas cidades brasileiras; as práticas de emissão sonora como relação de poder são refletidas no modo como as discussões políticas são realizadas. Essa relação de poder como forma de capital sonoro se apresenta como performance política à base de entoações exaltadas, onde o conteúdo discursivo perde energia frente ao ruído como interferência nos processos de comunicação e como estética em si. Neste sentido, os debates políticos perderam sua competência objetiva dialógica no âmbito da racionalidade, abrindo espaço para discussões pautadas na exaltação das vozes e descontrole comunicativo. Este processo se torna a problemática da questão política brasileira, pois a privatização dos espaços públicos e seu deslocamento para as esferas das mídias e redes sociais digitais urgem um novo olhar acerca do fazer político em nossas cidades.

Esse processo fica evidente nas últimas manifestações nas ruas brasileiras (principalmente a partir de junho de 2013) e a tentativa do governo em criminalizar o uso de espaços públicos com fins de reivindicação política. A solução encontrada pelos estudantes em todo país, sejam os secundaristas em São Paulo e em Goiás, seja nos Institutos Federais, foram as ocupações, um claro movimento de retomada de espaços que supostamente são públicos, mas sofrem pelo descaso e desmandos autoritários por parte do Estado e da força policial. As ocupações não são mais do que o retorno de vozes silenciadas, e a criminalização e o recrudescimento do Estado frente aos movimentos sociais a violência sonora que impõe o silêncio da norma institucional.

## **2. VIOLENCIA E VIOLENCIA SONORA**

A violência sonora se manifesta em contraponto à política e a discussão e proposição de ideias diversas. Contudo, essa violência também se expressa nas diversas formas de silenciamento, seja o isolamento sonoro, as chamadas bolhas sonoras que incapacitam a comunicação entre agentes sociais, mas também cessa a comunicabilidade necessária aos signos e códigos sonoros, seja no âmbito da imposição de um discurso monocromático que, ao ser expresso com ardor violento, torna-se hegemônico, unilateral.

Michaud (2001) estabelece várias definições para a violência, dentre elas o ato de atingir direta ou indiretamente a capacidade de posse ou participação de ações simbólicas e culturais. Ao retirarmos do indivíduo seu espaço vocálico da paisagem sonora nos espaços urbanos, retiramos a real possibilidade de efetivação do fazer político, sendo a esse destinado o lugar da burocracia e das ações judiciais.

Segundo Arendt (2010) podemos traçar um parâmetro relacional entre violência e poder. Onde um impõe o outro se desfragmenta, e vice versa. No plano da política a concentração de poder e, portanto, da violência por parte do Estado, efetiva uma concentração total da força punitiva na forma da instituição estatal, legítima, jurídica e burocrática. Arendt deixa claro que o espaço da política é o espaço da intermediação dos conflitos sociais. Mas a violência não aparece como algo anômalo e nefasto, mas como resultado da ausência da capacidade de agenciação do poder em agir como parâmetro regulador das tensões. Contudo, a autora reflete sobre a importância e da problemática acerca do esvaziamento dos espaços públicos enquanto lugar do fazer político. A atomização crescente dos indivíduos descharacteriza o papel histórico da Agora grega, lugar da externalização das demandas sociais. A perda do espaço da política por parte dos indivíduos, apenas acessível por meio da burocracia estatal, remete à fundamentação da violência como arma na ausência do poder político. A violência sonora realça o silêncio das vozes da política.

Mesmo estabelecendo uma lógica dual entre violência e poder, Hannah Arendt não classifica um em oposição ao outro, uma vez que ambos se entrelaçam em uma forma de equilíbrio proporcional. A violência seria, portanto, um tipo de intensificação última das relações políticas como ato final onde a persuasão e a discussão políticas não foram capazes de resolver os conflitos sociais. Neste caso, pressupõe-se um espaço de debates onde as diferentes configurações sociais possam ser discutidas e acordadas minimamente. No que se refere aos espaços públicos em nossas cidades temos a interferência direta da violência sobre o modo como nossa democracia ainda recente tenta se consolidar.

A democracia pressupõe o uso da violência como espaço da política, ou seja, ela é a manifestação política por meios diversos, manifestando-se por outros meios (Michaud, 2001). A consolidação da vontade da maioria na forma de representantes políticos escolhidos pelo voto pressupõe o uso da força e da violência caso suas escolhas não sejam representadas. A violência seria, portanto, a continuação da política.

Teresa Caldeira (2000) aponta para as dificuldades da consolidação da democracia no Brasil ao questionar a efetivação de espaços públicos como cumpridores da função política. Em nossas cidades e espaços urbanos, o que percebemos são clivagens que fragmentam os espaços através das lógicas do status social, conflitos de classe e de raça e da distinção pelo acúmulo de capital econômico. As falas do medo, como bem apresentou a autora, nos remete a um estado constante de pavor e receio que nos leva a cerceamentos cada vez mais herméticos. Os espaços públicos se tornaram zonas de perigo, ou como propôs Magnani (2002), os chamados pórticos, ou ainda nas palavras de Marc Augé (2012), os não lugares, espaços esvaziados de conteúdo simbólico subjetivo, lugares de passagem. O desaparecimento dos espaços do fazer político não institucional, ou seja, para além do Estado e de suas ramificações, situada no seio da sociedade civil, aparece como a identificação do medo, do esvaziamento, ou como o simples lugar do lazer e diversão em contraponto ao lugar do trabalho e dos afazeres do lar.

A violência aparece em muitas concepções políticas como força transformadora produzida pela opressão e fruto das desiguais distribuições do poder social, dos meios materiais de produção, das disputas de gênero e raciais. As revoluções foram durante muito tempo, e até nos dias atuais, vistas como meio único e legítimo diante das opressões sofridas pelos excluídos e minorias exploradas enquanto forças para a produção de riqueza (Arendt, 2010; Michaud, 2001). A violência foi sublimada como ímpeto político legitimado como recurso último àqueles que sempre foram espoliados pelas classes dominantes. Por isso hoje no Brasil é comum a deslegitimação das lutas feministas, LGBT's e dos negros, pois estas pressupõe a criminalização de atos tidos pela direita política como normais, utilizando

amplamente em jornais, revistas e postagens nas redes sociais o termo “mimimi”, referindo-se às reivindicações de grupos minoritários como sendo choramingadas infantis.

A luta política no Brasil foi perpassada por enfrentamentos pela liberdade, mas também em favor das instituições democráticas. A figura do bom bandido expressa a legitimação da violência em favor da libertação das classes oprimidas e em favor dos pobres, como a malandragem carioca, o jeitinho brasileiro, ou em figuras como Lampião no Nordeste. Existe, portanto, um paradoxo nesta leitura ao enfatizar a esquerda brasileira como crítica da violência institucional e da praticada pelas classes dirigentes e, ao mesmo tempo, legitimar o uso da força como frente de libertação dos oprimidos, contudo, enfatizando as instituições democráticas. A violência surge como refutação ao Estado, mas prega a inserção dos divergentes no mesmo. Sendo assim, a violência deve ser percebida não apenas associada à criminalidade, mas como substrato constitutivo da formação democrática nacional.

De acordo com Martuccelli (1999: 161) a violência na modernidade perdeu seu caráter simbólico positivo, referido ao seu potencial transformador e renovador. A violência enquanto resposta vinda de baixo à violência exercida pelos de cima deixou de ser, nos moldes da democracia contemporânea, legítima, tendo o Estado e suas instituições como lugar apropriado a resolução de conflitos entre grupos e agentes sociais. A liberdade individual nos trouxe a atomização individual e, como condição da própria modernidade, a insegurança veio junto. Sendo assim, “nossa relação com o mundo é cada vez mais mediatisada pelo uso de símbolos e a ação se reduz à circulação e atualização de códigos no seio de sistemas peritos”. Ou seja, a violência é repudiada e perde seu sentido antes politicamente viável e aceitável por se tratar de dispêndio de energia em uma sociedade pautada na informação e codificação por sistemas peritos. A modernidade se caracteriza pelo uso da informação como condição de seu funcionamento e existência, onde as trocas entre agentes sociais se dá por meio mediatisado por sistema de códigos informacionais. Neste caso, o uso de força e energia é tido como barbárie, como uso daquilo que foi codificado em sistemas de códigos e positivados pelas instituições, ou seja, déficit do uso da informação e excesso no uso de energia e ação física.

Temos, portanto, os elementos para pensar a violência sonora enquanto:

- 1) Uso abusivo da energia sonora pela produção massiva de decibels;
- 2) Ampliação das liberdades individuais e, consequentemente, invasão do espaço sonoro alheio pela produção excessiva de decibels;
- 3) Produção extrema de decibels ocupando o lugar do espaço público enquanto condição política da sociedade civil;
- 4) Como consequência da anterior temos a atomização do indivíduo através do isolamento acústico por meio de dispositivos móveis, o que gera a;
- 5) Retroalimentação do esvaziamento do espaço público pela fuga e atomização individuais;
- 6) A produção sonora extrema, assim como o isolamento acústico, levam a perda da capacidade de interação por meio de códigos sonoros interferindo diretamente em nossa capacidade de comunicação por meio de sons;
- 7) A perda da comunicabilidade por meio de códigos sonoros estabelece e é estabelecida pela produção excessiva de decibels e pelo isolamento acústico, ou seja, uso abusivo das energias sonoras que silencia a condição mínima da política.

Em resumo, o crescente aumento das taxas de decibels em nossas cidades acarreta o afastamento dos agentes sociais dos espaços públicos, isolando-os acusticamente, privatizando seu espaço sonoro como conceito de liberdade e bem estar. Este isolamento

reflete a perda de comunicação, deslocando os espaços comunicacionais a outros lugares, mediatizando a política, transformando-a em mercadoria, em espetáculo.

As observações e caminhadas deram a impressão de centros ruidosos, calçadas abarrotadas de comércios informais, churrasquinhos e bebida alcoólica, onde cada um possui seu campo sonoro, com sua caixinha de som, afastadas poucos metros uma da outra, cada uma mais alta que as demais, numa guerra sonora sem precedentes. A esquizofonia (Schafer, 1991; 1977) e a polifonia em nossos centros são um impactante turbilhão de sonoridades, uma quantidade de informações e ruídos sônicos que abarrotam nossos ouvidos. São flutuações de 50 db até 94 db em uma mesma avenida em uma intensificação da vida sonora gerada numa escala industrial. Alguém pouco acostumado ao ruído certamente ficaria estressado e/ou chocado com as quantidades de energia acústica ao desembarcar na Rodoviária de João Pessoa, ou caminhando nas calçadas da Praça da Bandeira em Campina Grande, ao lado do ponto de ônibus junto à Avenida Floriano Peixoto. Os carrinhos de som, de churrasquinho, os mototaxistas que agora também levam caixinhas de som amplificadas, bicicletas com buzina a ar, ou o volume das vozes no Calçadão da Cardoso Vieira na mesma cidade, em que as conversações são realizadas aos gritos para que as vozes se sobreponham aos ruídos interferentes das ruas, são uma intensa vida sonora nas cidades paraibanas.

O mesmo pode ser dito da Avenida Paulista, ou no centro do Rio de Janeiro, na via litorânea do Recife, Fortaleza, onde carrinhos de som, vendedores de picolé e sorvete gritam e apitam com suas pequenas cornetas, os paredões de som tocam os últimos sucessos a mais de 100 decibels e as motos com escapamento modificado não deixam a vizinhança dormir à noite.

### **3. ESPAÇO PÚBLICO E A ESTÉTICA DO RUÍDO NA POLÍTICA**

O espaço público pensado como *Àgora grega* já não toca a realidade em nossos centros urbanos ruidosos, apressados, onde tempo e espaço se desfazem ao ritmo frenético dos fluxos e ordenações do mundo produtivo capitalista. As ruas e calçadas são verdadeiros obstáculos para transeuntes que se acotovelam numa multidão sem rosto e sem nome, construindo pontes espaço-temporais cada vez mais necessariamente curtos entre o horário de trabalho, a escola e o resíduo temporal para o almoço. Neste frenesi contemporâneo amontoam-se nas calçadas quiosques, tendas, barracas, lanchonetes, bares e restaurantes de comida rápida, mas que eficazmente repõe as energias para continuar a jornada.

Cada vez mais o movimento de rotação do mundo (des)gira nos dando a impressão de que está parado, pois tudo está 24 horas por dia os sete dias da semana funcionando ininterruptamente para atender aos anseios de uma sociedade de consumo contínuo e desenfreado (Crary, 2014). Neste vórtice alucinante de intensa estimulação mental, como bem descreveu Simmel (1983) em seu ensaio sobre a vida mental nas metrópoles e o embotamento das sensibilidades, não só os espaços se condensam em amontoados físicos como uma substância que aquece ao movimento acelerado de seus átomos, mas também os espaços sonoros se avolumam em quantidades insalubres de decibels em uma composição polifônica inimaginável.

Pensar a retórica grega clássica é pensar em um lugar em que o silêncio esteja estabelecido como condição da intercomunicação verbal. A fala só é possível em um lugar onde esteja situada, ganhando substância persuasiva e adquirindo poder. Os silêncios dão densidade dramática ao discurso, empoderando-o, dando-lhe uma dimensão de profundidade que a fala ininterrupta não possui.

O silêncio é o oposto do ruído, do som, pelo menos assim pensavam os clássicos. O silêncio é o poder comedido que cala a boca, segura as ações do corpo que não pode mover-se, falar, fazer barulho. O silêncio é o controle mais sutil e talvez o mais violento de todos, pois é a retirada da ação, de uma performance. A mulher que cala mesmo violentada, os filhos que calam diante dos excessos patriarcais, o negro que cala pela agressão policial, o sem terra que cala diante da morte violenta de seus companheiros. O silêncio é uma violência. Violenta o pensamento em seu perfazer, em sua atitude. O silêncio é a não ação, a inércia da fala que nunca diz. É necessário desmistificar a noção de ruído como repudiável ao entendê-lo como forma estética tomada pelo discurso e performance política em nosso país. Na mesma linha argumentativa desconstruo a noção de silêncio como contraponto ao ruído ao percebê-lo como violência que silencia as ações e vozes no embate discursivo político.

Deste modo é importante romper a dicotomia maniqueísta entre ruído e silêncio quando se busca entender que essa relação aporta uma economia política do simbólico e das representações sociais sonoras. O político denota a relação entre som e silêncio, entre fala e escuta, lugar onde se processa a dinâmica persuasiva do discurso. O campo de investigação do presente trabalho é o espaço público de nossas cidades. E esses espaços estão a cada dia mais saturados de sons, uma polifonia que embota os sentidos tanto da fala quanto da escuta.

Quando pensadores como Bhkthin pensam o auditório social, ou Habermas a ideia de construção de discursos políticos através do que ele denominou de intersubjetividades – teoria da ação comunicativa – partem de uma percepção de um espaço sonoro público sem ruído, ou seja, sem interferências e possíveis problemas de decodificação das informações trocadas entre os canais comunicativos (Schafer, 1977), ou sem os ruídos como resíduos de ações sonoras que são externas ao agente comunicador e, portanto, vazios de conteúdo (Rivas, 2015), restando-nos o questionamento sobre a real praticabilidade destas teorias como noções que possibilitem entender os espaços ruidosos de nossas cidades.

Em sociedades como a brasileira, onde a produção de decibels pode ser vista como construção de sonoridades simbólico semânticas de uma economia política sonora (Rivas, 2015), o espaço público como possibilidade de um fazer político fica descapacitado de cumprir seu papel. Tomar a Ágora grega como condição historicamente situada como ponto culminante das ações políticas entre agentes democraticamente inseridos em um espaço público onde o discurso possa ser proferido, não nos ajuda a pensar a realidade local. O espaço público brasileiro é cada vez mais o lugar da violência, um lugar substanciado pelos discursos onde imperam a violência e os muros semânticos que delimitam as ações discursivas.

As praças, parques e calçadas são apropriados pelo silêncio/ruído, onde é cada vez mais comum observarmos transeuntes caminhando de cabeça baixa e auriculares mirando seus dispositivos móveis de comunicação (Brotas, 2014) ou de reprodução esquizofônica (Schafer, 1977) constitutivos do que Michael Bull denominou de bolhas sonoras e/ou atitudes imersivas, ação na qual haveria um declínio na participação da vida pública por meio de um isolamento acústico (2007 apud Sá, 2011). Caminhar pelos centros de nossas cidades, Açu de Velho e Parque da Criança em Campina, ou no litoral pessoense, é lidar com pessoas falando “sozinhos” ao celular, olhando de cabeça baixa para as telas de seus aparelhos móveis. Entrar num bar ou restaurante é dar-se conta de que metade dos presentes está calada entre si enquanto verifica as últimas e sempre constantes mensagens de whatsapp e facebook. A mesa de menos de um metro quadrado se torna uma imensidão entre quatro pessoas dispersas na vasta rede social digital.

Nesse torvelino sonoro o espaço da política é uma estética do ruído por meio do grito. O discurso político não se realiza como tendo a razão como campo onde a semântica

intersubjetiva se apresenta, mas como ruído onde a ira se estetiza como semântica política. De volta ao exemplo da mesa de bar, onde os autofalantes sempre em grande volume tocam as músicas da moda, é preciso gritar para que o sujeito a dois metros de distância te escute. Não há, portanto, uma racionalidade que se constroi entre partes em um debate acerca dos assuntos de interesses coletivos, mas uma ruidosa fala elaborada a partir de uma forma estética propriamente emocional – não há modo de não se alterar emocionalmente quando se tenta argumentar gritando para outro indivíduo, pois eleva-se constantemente o nível da voz, alterando-se os sentidos. Exemplos não falta nas caminhadas e observações. No centro de João Pessoa e no Calçadão em Campina, os debates políticos entre cafés e cervejas são sempre efusivos, com gesticulações arredias e entonações na voz de grande potência.

Quando Adorno (1975) fala em regressão da audição concernente à descapacitação do sentido auditivo como ferramenta elaborada de uma estética artística, podemos entendê-la como uma forma de regressão psicológica racional de elaboração dos discursos.

A descapacitação auditiva, ou o embotamento sensorial da audição, nos relegou pouco espaço para discursos políticos onde impere a racionalidade objetiva das questões públicas e anseios coletivos, deixando um amplo espaço para uma estética política do ruído. Neste sentido, se estamos na rua, calçadas, bares ou restaurantes, o único modo de manter uma conversação é gritando, ou isolando-se em casa ou espaços fechados. A política não é diferente. Nos bares e botecos em Campina e João Pessoa, lugares de debate político por excelência, as conversações são realizadas em ambiente sonoros que beiram os 80, 90 decibels, uma polifonia estridente em que a discussão facilmente se perde, se dilui entre gritos e intervenções de outros que não acompanham a conversa, mas querem participar puxando outro assunto aos gritos.

Gritar furiosamente em um palanque angaria maior capital político do que um discurso ameno e racional, numa clara transferência do habitus (Bourdieu, 2011) do campo religioso evangélico para o campo político, uma vez que a expansão evangélica no Brasil nos últimos vinte anos remodelou os espaços sonoros brasileiros, pois os evangélicos utilizam a produção de decibels como prática de salvação. Gritar ao microfone e fazer-se ouvir por toda a vizinhança é o habitus desse segmento religioso. O ruído se torna, portanto, capital sonoro político no sentido positivo do termo em que pese um auditório social acostumado com o ruidoso espaço público. Por isso a expansão de igrejas de vertente protestante e de retóricas políticas em que gritar de forma acintosa ganha um peso desmedido para além de seu conteúdo semântico. Não se trata do que se fala, mas como se fala, a espetacularização performática dos discursos. Por isso o senhor que grita ao microfone no meio da Praça da Bandeira em Campina Grande, ou na calçada da estação Rodoviária de João Pessoa, fenômeno esse cada vez mais comum, com seus microfones que, aos gritos, produzem picos de até 80 decibels, possui muito em comum com a performance política dos candidatos durante as eleições. O ruído como manifestação política se tornou uma prática cultural, onde motos com escapamentos ruidosos, paredões de som e fogos de artifício se tornaram a estética das manifestações sociais do campo político, como característico das eleições para prefeitura em Campina Grande deste ano.

#### **4. POLÍTICA E COMUNICAÇÃO: ENTRE O ESPAÇO POLÍTICO E O SILENCIO DAS MASSAS**

A sociedade enquanto espacialização de novas formas de comunicabilidade é também a espacialização do capital enquanto comunicação, informação, conhecimento. Numa

sociedade do espetáculo o capital se transfigura em imagem como resultado de sua extremada acumulação (Debord, 2003), ou seja, o espetáculo é a materialização do capital que nos aparece como realidade espetacular, como conjunto de imagens que transmitem um tipo específico de informação e que possui atributo de realidade, veracidade. O espetáculo é o capital na forma de imagens no ensejo de ser consumido, distribuído ao máximo. A informação e sua comunicação, ou os processos de comunicação da informação na forma de capital, ou, melhor ainda, na forma de espetáculo, permeiam as relações e na forma como a informação nos é transmitida e transmitimos sincronicamente. Neste sentido, não apenas os meios de distribuição da informação se inserem no espetáculo, mas também a própria informação é espetacularizada, mesmo que não seja diretamente informação para o conhecimento (Lipovetsky & Serroy, 2015). O espetáculo, portanto, é a mediação entre produtores e consumidores de informações que recebem todo um aparato que lhes deem o sentido de ser consumida, como exemplo maior cito a performance do discurso da advogada Janaína Paschoal na USP, no dia 05 de abril deste ano. A necessidade, ou a demanda, é garantida pela espetacularização de um tipo de informação que deve ser tomada e percebida pelo espectador como necessária, mesmo que não seja informativa.

As massas, produto e produtoras da lógica do esvaziamento dos discursos, seu caráter amorfo e receptivo, e a forma como consomem indistintamente a informação são a sombra de um campo onde a fala foi cerceada pelo discurso pronto, refinado, dirigido ao consumo imediato (Baudrillard, 1985). O eleitor é um consumidor de políticos que signifiquem um encontro com a imagem de alguém que eles desejam ter como líderes, mas não como pessoas comuns. O político na/da sociedade do espetáculo é o subproduto desse espelho desvirtuado da realidade, representante de desejos das massas consumidoras de imagens. A política como festa, como espetáculo, como entretenimento, e não como debate, dialógica.

Neste sentido, sou inclinado a perceber que o espetáculo não se trata apenas de um evento meramente de imagens, mas também de sonoridades. Podemos entender que existem espetáculos sonoros na medida em que som e imagem se confundem na espetacularização da vida cotidiana. Assim como a arquitetura do palco, a iluminação e um estourar de fogos de artifício estimulam os impactos visuais sobre os receptores/consumidores dos shows, as sonoridades produzidas por um aparato sonoro cada vez mais sofisticado, de grande definição e a possibilidade de utilização de efeitos nas vozes e instrumentos garantem a espetacularização da paisagem sonora. O espetáculo do candidato que sobe no palco ao som dos rojões, de uma banda filarmônica, aos gritos da multidão que balança suas bandeirolas. Por isso criou-se um mercado dos jingles eleitorais, onde todo candidato deve ter sua trilha sonora, sendo exaustivamente tocada em carros de som pagos para circular pelas ruas e bairros. Não seria exagero afirmar que um bom jingle ou um mau jingle podem decidir, em parte, uma eleição. Como em uma festa, uma banda de sucesso atrairá um público maior.

A entonação da voz era, e ainda é, o grande mentor das performances discursivas em busca de convencimento. O saber falar tal qual um líder é de extrema importância para a manutenção do espetáculo político que visa à consumação por parte dos eleitores de uma imagem de alguém acima das intempéries humanas convencionais. Uma liderança não pode gaguejar, possuir vícios de linguagem, travar no meio da fala, passar o menor tempo sequer calado articulando ideias. Ou seja, o foco maior, muitas vezes, não está no conteúdo do discurso, mas na forma como ele é proferido (é sintomático o caso das críticas aos pronunciamentos da Presidenta deposta Dilma Rousseff, quando nas redes sociais uma enxurrada de comentários dizia que ela “nem sabia falar direito”, onde o foco não era o conteúdo, mas a forma). E para isso é necessário um meio pelo qual ele possa aparecer, fazer surgir o espetáculo, seu palco de atuação. O espaço sonoro é este lugar previamente

preparado para que sua voz ressoe e seja consumida enquanto performance. Não se trata meramente de um habitus político, um conjunto de normas e preceitos que definem previamente o escript da interpretação a ser desenvolvida de acordo com o espaço e agentes nele dispostos, mas o meio pelo qual essa performance pode acontecer. O discurso falado só pode se erigir como força de convencimento em comum acordo com o meio que lhe é favorável. Em um espaço sonoro de baixa definição *-low quality-*, ou seja, onde podemos encontrar a perturbação de sonoridades que interferem no processo de comunicação, ou que interferem diretamente na mensagem enviada, os discursos perdem força e plausibilidade, não porque seu conteúdo não esteja firmemente fundamentado, mas porque o meio pelo qual transita não lhe dá a definição necessária. Neste caso, nossa sociedade abandona o espaço público como espaço da fala e da escuta, passando para meios digitais que realizam essa interface entre agentes políticos. As redes sociais e mídias locativas permitiram a realização de algo perdido no espaço público brasileiro.

Segundo Caldeira (2000) o espaço público brasileiro vem sofrendo um processo de privatização e esvaziamento devido à violência urbana crescente. Há, portanto, uma tendência de isolamento da sociedade civil em se individualizar por meio da construção do que a autora denomina de uma cidade de muros. Analisando a democracia brasileira como sendo disjuntiva, ou seja, um modelo político de igualdade que busca maior integração social por meio da equiparação de direitos e deveres, choca-se com o processo de segregação por muros, pela separação e isolamento de certos setores da sociedade civil. A autora percebe como sintomático o aumento de construção de shopping centers e de condomínios fechados na grande São Paulo, refletindo a expansão de um tipo de espaço público para iguais.

Contudo, há, todavia, espaços onde a política se realiza. Em Campina Grande, por exemplo, o Calçadão da Cardoso Vieira é um lugar onde as discussões políticas acontecem de forma bastante efusiva. Em um pequeno espaço de calçada entre duas avenidas principais, vários são os debates que ali acontecem, seja sobre futebol, política, economia, negociações, venda e troca de mercadorias etc. Em gravações realizadas no Calçadão pude perceber uma paisagem sonora rica e complexa, onde vozes disputam espaço com os carros e motos, propagandas sonoras e o som do esmeril do chaveiro que ali trabalha.

## **PALAVRAS FINAIS**

A violência urbana e que agora atinge também as zonas rurais em nosso país é um problema para além da esfera da violência em si. É um problema que se refere ao esvaziamento dos espaços públicos, à privatização desses espaços, ao isolamento dos sujeitos e ao crescente abandono da política como mediação dialógica. Esses processos significam o imperioso aumento do poder de grupos empresariais e corporativos midiáticos na construção da política como mercadoria, como espetáculo e entretenimento. Os últimos acontecimentos da política nacional brasileira deixou isso escancarado. A fetichização da mercadoria política encobriu os interesses nefastos de grupos político empresariais devotos do neoliberalismo e do desmonte do Estado, dificultando o acesso dos mais humildes aos serviços públicos. O desejo de combater a corrupção foi o ímpeto consumista ensurdecido pelos fins que justificam os meios. Consumiu-se uma mercadoria fetichizada, uma fantasia que foi vendida como discurso salvacionista nacional, atingindo o clímax espetacular na votação na câmara dos deputados no teatral impeachment (leia-se golpe de Estado parlamentar) da Presidenta Dilma Rousseff, com seus estandartes regionalistas e até shows de pirotecnia circense. Aos gritos e palavras de ordem, um por um os deputados definiam a sentença da Presidenta

julgada sem crime, sem um conteúdo discursivo claro, apenas remetendo a consumação do ato como o gozo pleno do fetiche político (Žižek, 2014), o escárnio contra o Partido dos Trabalhadores e o linchamento público de Dilma.

A política é a violência em si mesma, uma reprodução das práticas da sociedade civil que a legitima. O quadro político brasileiro é o resultado de setores que violam sistematicamente as instituições e os direitos civis. A quantidade de policiais, evangélicos e pessoas ligadas aos interesses empresariais e do agronegócio refletem um mundo político de pouca ou quase nenhuma representação por parte da sociedade que os elegeu. A sociedade votou e elegerá, paradoxalmente, os representantes da corporação policial que mais assassina no mundo, um setor agropecuário também assassino e destrutivo do meio ambiente e de um setor religioso que cresce à base de isenção tributária e que vende terrenos no céu, chaves para a vida eterna, travesseiros milagrosos e vassouras para varrer o “capeta” da vida de pessoas atormentadas por “encostos” espirituais.

Mais do que encerrar as questões apresentadas, deixo algumas reflexões para posteriores debates. Em uma sociedade adepta ao ruído, à emissão de decibels como capital social sonoro, até onde poderá suportar nossa democracia em um país de pouco ou quase nenhum espaço público acessível aos seus cidadãos? Quais serão os limites de um sistema representativo democrático pautado no isolamento acústico, na perda da sensibilidade auditiva, no silenciamento dos agentes representados, na privatização e elitização dos espaços públicos e, portanto, dos discursos políticos?

Mas os problemas vão além, muito além. A violência contida em nossa sociedade atingiu tais níveis que o corpo político ora legitimado nas urnas é a própria violência travestida de democracia representativa. O carnavalesco espaço político – como demonstrado nas eleições municipais deste ano, quando da vitória no primeiro turno do candidato Romero Rodrigues a prefeitura de Campina Grande, uma multidão comemorou com foguetões, expressões burlescas como “chupa”, paredões de som e motos com escapamento modificado realizando manobras pelas ruas – é o sintoma do esgotamento da democracia como lugar do debate. A política é uma grande festa, nos dizeres da rede Globo de televisão, a “grande festa da democracia”.

Tenho algumas hipóteses, nada positivas em relação ao nosso destino democrático, principalmente após o golpe de Estado deste ano e o espetáculo montado pelo corpo político durante o impeachment da Presidenta Dilma. Primeiramente deixo meu temor diante da transferência do habitus e do capital religioso que é principalmente econômico, pois as igrejas possuem isenção tributária, mas também social, ao campo político. Este passou a manifestar-se com o mesmo modelo do campo religioso, promovendo cultos dentro da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, exorcizando a esquerda política e os movimentos sociais como figuras demonizadas. A sistemática destruição do texto constitucional é o ponto de inflexão do esgotamento da representatividade democrática nacional, sob o olhar compassivo das instituições, quando não com sua ajuda e apoio. O caráter carnavalesco da política nacional chegou ao nível do desrespeito, com altíssimos índices de abstenção e eleição de figuras de nenhuma envergadura e competência representativa. O espaço público definhava. Resta saber se o enterraremos de vez ou buscaremos solução para seu estado agonizante.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, T. (1975). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural e Industrial.

- ARENDT, H. (2010). *Sobre A Violência*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- AUGÉ, M. (2012). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- BAUDRILLARD, J. (1985). *À Sombra das Maiorias Silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, P. (2011). *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.
- BROTAS, D. (2012). *Paisagens Sonoras Locativas: apropriação do lugar através de mídias baseadas em geolocalização*. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5964/1/Diego%20Brotas.pdf> [consulta: 21 febrero 2014].
- CALDEIRA, T. (2003). *Cidade de Muros*. São Paulo – SP: Editora 34.
- CRARY, J. (2014). *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- DEBORD, G. (2003). *A Sociedade do Espetáculo*. Versão eletrônica Coletivo Periferia. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf> [consulta: 03 febrero 2014].
- LIPOVETSKY, G. y SERROY, J. (2015). *A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAGNANI, J. G. C. (2002). “De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 11-29.
- MARRA, P. S. y GARCIA, L. H. (2012). “Ouvir música na cidade: experiência auditiva na paisagem sonora urbana do hipercentro de Belo Horizonte”. *Contemporânea*, 20, 10 (2): 43-57.
- MARTUCCELLI, D. (1999). “Reflexões Sobre A Violência na Condição Moderna”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 11 (1): 157-175.
- MICHAUD, I. (2001). *A Violência*. São Paulo, SP: Ática.
- PEREIRA, S. L. (2007). “Paisagens sonoras urbanas: uma contribuição ao estudo da escuta midiática”, Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP, Comunicação e Culturas Urbanas, *Intercom*, Santos.
- PEREIRA, M. (2003). *Percepção Sonora no Espaço Público: Indicadores de Tolerância ao Ruído na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Edurj.
- RIVAS, F. J. (2015). “Fenomenología política del ruido”. *Ixaya: Revista universitaria de desarrollo social*. México, pp. 75-96. Disponível em [http://ixaya.cucsh.udg.mx/sites/default/files/fenomenologia\\_politica\\_del\\_ruido.pdf](http://ixaya.cucsh.udg.mx/sites/default/files/fenomenologia_politica_del_ruido.pdf) [consulta: 17 marzo 2016].
- SCHAFER, R. M. (1977). *A Afinação do Mundo*. São Paulo: Unesp.
- SCHAFER, R. M. (1991). *O Ouvido Pensante*. São Paulo: Unesp.
- SÁ, S. P. de (2011). “Ando meio (des)ligado? Mobilidade e mediação sonora no espaço urbano”. *E-compos*, 14 (2), pp. 1-18. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/viewFile/666/524>, [consulta: 08 outubro 2014].
- SIMMEL, G. (1983). *Georg Simmel: sociología. Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática.
- ŽIŽEK, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo, SP: Boitempo.

### Breve currículo:

#### **Tiago Fernandes Alves**

Licenciado en Ciencias Sociales por la Universidad Federal de Campina Grande (UFCG). Máster en Sociología en el Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) en la Universidad Federal de Campina Grande (UFCG). Estudiante de doctorado en Sociología en el Programa de Pós Graduação em Sociología (PPGS) en la Universidad Federal da Paraíba (UFPB). Investigador del Grupo de Pesquisa Sociabilidades e Conflitos Contemporâneos (SOCIATOS). Últimamente desarrolla investigaciones relacionadas con violencia, paisajes sonoros y conflictos urbanos, vinculados a la UFPB y al grupo de investigación SOCIATOS (UFCG).